

Reajuste de 239% revolta Valparaíso

KARLA MENDES

Os moradores de Valparaíso, cidade emancipada no ano passado, estão furiosos com o primeiro prefeito eleito, José Valdécio, por causa dos aumentos no IPTU, taxa de limpeza e alvará de funcionamento do comércio local. Alguns imóveis sofreram reajuste de até 239% no IPTU. Como a prefeitura só começou a funcionar após a posse do prefeito, em 1º de janeiro, a Secretaria de Finanças não conseguiu enviar os carnês de cobrança para todos os domicílios, o que criou mais confusão.

É o caso da moradora Inês Carvalho Lopes. Em 1996, o IPTU de seu apartamento de 64,12 metros quadrados era de R\$ 48,34. Este ano, o valor cobrado é de R\$ 152,54. "Além disso, a taxa de limpeza foi reajustada em 140% e os alvarás do comércio aumentaram até 500%", denuncia. Segundo ela, a prefeitura está exigindo o pagamento do imposto de uma só vez e o prazo do vencimento expirou no dia 31 de janeiro. "Só que os moradores não receberam o carnê e tiveram de ir para a fila", revolta-se Inês.

"Qualquer lei de reajuste de impos-

tos têm de ser votada no ano anterior àquele em que ele incidirá", frisa o morador José Soares. Para o morador, o prefeito deveria seguir o reajuste de 15% que foi aprovado pela Câmara Municipal de Luziânia no ano passado. "Nossa população está passando por momentos difíceis", lamenta Soares.

Justificativas - De acordo com o secretário de Finanças de Valparaíso, Luis Brito, os reajustes foram feitos no valor venal dos imóveis que incidem diretamente no cálculo do IPTU, que não eram reavaliados há três anos. A avaliação foi feita por técnicos de Luziânia, a quem o município era ligado até o ano passado, logo após as eleições de 3 de outubro, aumentando, assim, o valor do imposto.

"A nova pauta de valores foi aprovada pela Câmara Municipal de Luziânia", informa o secretário, acrescentando que os moradores podem pagar o IPTU em até seis vezes e ninguém precisa pagar antes de receber o carnê em casa. "Nosso sistema ainda não conseguiu processar os dados dos moradores", explica. Se o morador optar pelo pagamento parcelado perde o desconto de 15%.